

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELI/EM

Os partidos na atualidade

É sempre extraordinário ver quanta distância nossas elites políticas conseguem estabelecer entre elas e a maioria da população. Qualquer um esperaria o oposto, pois, afinal, é natural supor que políticos procurem fazer o inverso, ou seja, se aproximar mais do eleitor e do povo, de maneira geral. Mas elas nunca falham: salvo quando se cria quase que uma imposição, quando não há mesmo maneira de evitar, elas fazem exatamente aquilo que não deveriam fazer.

Isso vale para coisas como a indiferença da quase totalidade dos parlamentares para com os deslizes, as inconveniências e os ilícitos praticados por seus pares, vale para a desconsideração das preocupações da população no estabelecimento de prioridades de votação e para tantas outras práticas de nossos políticos. Vale, às vezes, para iniciativas que tocam em questões relevantes para o conjunto da sociedade, mas de maneira completamente equivocada.

Agora mesmo estamos vendo isso acontecer com a reforma política. Não há, especialmente depois de tudo que

aconteceu nos últimos dois anos, alguém minimamente interessado em assuntos políticos que discorde de sua necessidade. Aliás, sobre ela, só há o sentimento de que vem tarde, pois faz tempo que o eleitorado se convenceu que muito tem que ser mudado em nossas regras institucionais. Mensalão, sanguessugas, Gautama, tudo confirma que temos que ter outras e melhores.

Pois bem, dado isso, por onde nossas lideranças escolhem começar a reforma política? Pela adoção do sistema de voto em lista. Início mais infeliz que esse, é difícil imaginar.

O voto em lista é uma excrescência em nossa história política. Nada há de tradicional nele, não foi com ele que chegamos à nossa primeira experiência com um sistema eleitoral mais perto da democracia, depois de Getúlio. Durante o ciclo militar, por mais que mexessem nas regras do sistema de representação, nunca foi implantado. Na redemocratização, foi teso vencida na Constituinte.

Se não tem o endosso da história, esse sistema de voto poderia ter a

simpatia de parcelas expressivas da opinião pública, convencidas, depois de o conhecerem, que é bom para o país. Nem uma coisa, nem outra. Nem houve qualquer esforço do Congresso para informar o eleitorado, nem este apóia a tese, mesmo a conhecendo pouco.

A adoção desse sistema, no quadro de nosso multipartidarismo, provocaria uma confusão sem tamanho. Com mais de 20 partidos constituídos, parlamentares hoje eleitos com seu prestígio pessoal e que pertencem a partidos pouco conhecidos seriam obrigados a buscar filiação nos que possuem maior visibilidade, supostamente os que teriam condições de atrair o voto partidário. Isso os deixaria reféns dos grandes partidos ou, melhor dizendo, de suas direções, que os poderiam relegar a lugares secundários nas listas. Assim, o sistema nada mais faria que privilegiar candidatos muito mais artificiais.

Fora do Congresso Nacional, nas assembleias e câmaras de vereadores, nem se fala. São muitas, por exemplo, as capitais onde os grandes partidos

não têm mais que um terço das cadeiras das câmaras. Nelas, a nova regra subordinaria os outros dois terços à minoria.

O mais importante, no entanto, é que a vasta maioria do eleitorado brasileiro não vota em partidos, pela excelente e suficiente razão de que eles não existem, salvo as duas ou três exceções à regra. Qualquer pesquisa nacional, em estados ou municípios, encontra, no máximo, 30% de pessoas identificadas com os partidos, em conjunto, ficando até 70% dos eleitores sem identificação. Não foram os eleitores que criaram essa realidade, mas nossos legisladores, que inventaram um sistema partidário incompatível com os partidos.

Sem solução adequada para o sistema partidário, o voto em lista é mais um dos artificialismos que vêm sendo discutidos, como o fim de algo totalmente aprovado pelo eleitor, a reeleição, e a estapafúrdia tese de que mandatos pertencem aos partidos, apesar de nenhum eleitor pensar assim. É mais que hora de começar direito a reforma política.

“O voto em lista é uma excrescência em nossa história política. Nada há de tradicional nele, não foi com ele que chegamos à nossa primeira experiência com um sistema eleitoral mais perto da democracia”

REFORMA POLÍTICA

CNBB defende participação popular no debate das mudanças em votação no Congresso e lança cartilha em seminário com presença de parlamentares. Bispo avalia que momento é propício

Igreja quer ampliar discussão



CRISTINA HORTA/EM

Bispo auxiliar de Belo Horizonte dom Joaquim Mol fala de propostas ao lado da deputada Luíza Erundina

PATRICIA ARANHA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) considera a reforma política, que começa a ser votada esta semana no Congresso, insuficiente para coibir a corrupção e quer influir para ampliar a participação popular no debate. No lançamento da cartilha "Reforma para mudar a política: ler, debater e participar", no salão paroquial da igreja da Boa Viagem, em Belo Horizonte, a coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, deputada Luíza Erundina (PSB-SP), defendeu que seja feita pressão sobre os deputados e senadores. "Se ficar só no âmbito do Congresso, não vai sair grande coisa não", disse. Para ela, se for aprovada o voto em lista fechada com financiamento público de campanha é um avanço, porque fortalece os partidos, mas o mais importante é suscitar o debate na sociedade de uma reforma muito mais ampla.

Membro da comissão que representa a CNBB no Fórum da Cidadania para a Reforma Política, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras organizações sociais, o bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, dom Joaquim Mol, acredita que o início de uma nova legislação e o aparecimento de novas denúncias de corrupção envolvendo membros do Legislativo e Executivo tornam o momento o

ANÁLISE DA NOTÍCIA

É positivo a sociedade se mobilizar e exigir participação nas mudanças que o Congresso pretende fazer na legislação eleitoral. Essa é a melhor forma de impedir alterações que não atendam o interesse dos eleitores. E o momento é propício. Com a imagem desgastada por sucessivos escândalos de corrupção, os parlamentares estão mais atentos às pressões da opinião pública. Foi assim que recuaram na iniciativa de reajustarem os próprios salários em mais de 90%. (Marclício de Moraes)

mais favorável à discussão. "A casa desse sistema político já falido é dura. Ela não se quebra facilmente. Precisamos ir batendo até conseguirmos romper com esse tipo de anticultura política no nosso país." A atuação da Igreja na aprovação e fiscalização da Lei 9.840, mais conhecida como "lei dos bispos", que pune os políticos pela compra de votos, foi lembrada por dom Mol como exemplo de como a Igreja Católica está atuando jun-

to com os movimentos sociais, para tentar moralizar e aperfeiçoar o sistema político. Segundo ele, além de apoiar a aprovação dos quatro pontos da reforma que estão em discussão no Congresso — lista fechada, financiamento público, fim da coligação nas eleições proporcionais e fidelidade partidária —, a CNBB quer discutir outros temas (veja quadro abaixo), que modifique também o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público. Sobre muitos desses pontos ainda não há uma posição fechada, mas segundo o arcebispo, há alguns "princípios irrenunciáveis". Entre eles a necessidade de uma reforma ser clara o suficiente para combater a corrupção e a impunidade.

Cerca de 250 pessoas participaram do seminário sobre a reforma e do lançamento da cartilha que sugere aos católicos a realização de sete encontros para debater o momento político e discutir questões que envolvem a legislação política e eleitoral. A proposta é que o documento seja usado em reuniões de grupos pastorais, de jovens, de moradores e nas escolas. O resultado das discussões deve ser registrado e encaminhado à CNBB, responsável por sistematizar as contribuições e fazê-las chegar ao Congresso Nacional. "A sociedade brasileira tem aprendido a reagir. A sua capacidade de indignação e a consciência da cidadania é maior que a de tempos atrás", lembrou dom Mol.

DEBATE MAIS AMPLO

EM VOTAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

| | |
|-----------------------|---|
| Voto em lista | Fim das coligações nas eleições proporcionais |
| Financiamento Público | Fidelidade Partidária |

OUTROS TEMAS IMPORTANTES PARA A CNBB

| | | |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Fim da cláusula de barreira Fim da reeleição com ampliação de mandato Limite de dois mandatos eletivos consecutivos Partidos mantidos exclusivamente pelo fundo partidário e contribuições de filiados Federações partidárias Proibição do candidato disputar eleições antes de terminar mandato | <ul style="list-style-type: none"> Eleição de suplente de senador Fim do voto secreto nos legislativos Fim da imunidade parlamentar Fim do foro privilegiado Fim da publicação de pesquisas às vésperas do pleito Proibição de contratação de cabos eleitorais Fim do nepotismo direto ou cruzado, classificando-o como crime | <ul style="list-style-type: none"> Fim do sigilo bancário, patrimonial e fiscal de candidatos, representantes e ocupantes de altos cargos Exigência de concurso público para escolha dos ministros e conselheiros dos tribunais de contas Criação de órgão executivo eleitoral independente Estabelecimento de cotas para representantes indígenas nos legislativos |
|---|--|---|

TEATRO ALTEROSA SeráQuê? cultural Programa Pró-Dança Apresentam

Fóruns POR QUÊ DANÇA?

HORIZONTES URBANOS. DANÇA ARQUITETURA

DIAS 18, 19 e 20 de JUNHO de 2007 • BELO HORIZONTE, MG, BRASIL

Espectáculos:

| | | | |
|---|---|---|--|
| Dia 18 13:00 h Rua Rio de Janeiro esquina com Praça 7 "Um passo a mais!" com Fábio Dormas e Carlos Araújo (MG) | Dia 19 13:00 h Ed. Sulacape na Av. Afonso Pena, 941 "Ir e Vir ao de" com Raquel Pires e Gil Amâncio (NY/MG) | Dia 20 13:00 h Em frente ao Palácio das Artes "SIA Episódio 19" com Martin Inthamoussu (UV) | Dia 20 17:00 h Praça Rui Barbosa (estação). "Como Habitar uma Paisagem Sonora" com a Benvida Cia de Dança (MG) |
|---|---|---|--|

INFORMAÇÕES: (31) 3237-6611 • www.alterosa.com.br/teatro